

Por uma psicologia comunitária como práxis de libertação

Léo Barbosa Nepomuceno
Verônica Moraes Ximenes
Elívia Camurça Cidade
Francisco Wesley Oliveira Mendonça
Camila Alves Soares

*Universidade Federal do Ceará (UFC)
Fortaleza, CE, Brasil*

RESUMO

O presente artigo abrange temas importantes para o debate epistemológico dentro do campo da Psicologia Social, Psicologia Comunitária e ciências afins. Objetiva, através de levantamento bibliográfico, abordar contribuições da Psicologia Social da Libertação para a construção interdisciplinar da Psicologia Comunitária, ressaltando aspectos constituintes desta área e enfatizando elementos éticos e políticos, que favorecem a compreensão de uma práxis da libertação. A Psicologia Comunitária é entendida como fruto dos movimentos de mudança de paradigma científico-profissional, da forte demanda de mudança social advinda da realidade concreta da população e traz no seu cerne uma práxis de libertação. Entendemos que a Psicologia Social da Libertação vem trazer fortes influências para o desenvolvimento da Psicologia Comunitária, principalmente, no tocante ao fortalecimento de uma perspectiva de construção comunitária e científica de alta relevância social.

Palavras-chave: Psicologia Social da Libertação; psicologia comunitária; práxis de libertação.

ABSTRACT

For a community psychology as praxis of liberation

This article covers topics relevant to the epistemological debate within the field of Social Psychology, Community Psychology and related sciences. It aims, through bibliographic survey, addressing contributions from Social Psychology of Liberation for interdisciplinary construction of Community Psychology, highlighting constituent aspects of this area and emphasizing ethical and political factors, which encourage understanding of a praxis of liberation. The Community Psychology is a result of movements of change of scientific-professional paradigm and the strong demand for social change arisen from the concrete reality of the population and brings in its heart a praxis of liberation. We understand that the Social Psychology of Liberation brings strong influences to the development of Community Psychology, particularly with regard to strengthening the prospect of scientific and community building of high social relevance.

Keywords: Social Psychology of Liberation; community psychology; praxis of liberation.

RESUMEN

Por una psicología comunitaria como praxis de liberación

El presente artículo presenta temas importantes para el debate epistemológico dentro del campo de la Psicología Social, Psicología Comunitaria y ciencias afines. Objetiva, a través de búsqueda bibliográfica, abordar contribuciones de la Psicología Social de la Liberación para la construcción interdisciplinar de la Psicología Comunitaria, ressaltando aspectos constitutivos de esta área y enfatizando elementos éticos y políticos, que favorezcan la comprensión de una praxis de la liberación. La Psicología Comunitaria es comprendida como fruto de los movimientos de cambio de paradigma científico-profesional, de la fuerte demanda de cambio social que viene de la realidad concreta de la población y trae en su esencia una praxis de liberación. Entendemos que la Psicología Social de la Liberación viene traer fuertes influencias para el desarrollo de la Psicología Comunitaria, principalmente, en lo que toca al fortalecimiento de una perspectiva de construcción comunitaria de alta relevancia social.

Palabras clave: Psicología Social de la Liberación; psicología comunitaria; praxis de liberación.

INTRODUÇÃO

Este artigo sistematiza discussões geradas a partir de investigação bibliográfica sobre as bases teórico-metodológicas da Psicologia Comunitária realizada em uma disciplina conjunta com alunos de graduação e de mestrado em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, que está integrada a uma pesquisa de Iniciação Científica. Tais discussões foram facilitadas pelo Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) da UFC e buscaram aprofundar o conhecimento sobre os marcos epistemológicos da Psicologia Comunitária, suas peculiaridades, relações entre si e contribuições para o desenvolvimento desta área. Pautando-se na experiência cearense de mais de 25 anos de construção da Psicologia Comunitária, as bases teórico-metodológicas consideradas nessas discussões foram: a Psicologia Social da Libertação (Martín-Baró); a Teoria Rogeriana (Carl Rogers); a Pedagogia da Libertação (Paulo Freire); Biodança (Rolando Toro); e a Teoria Histórico-Cultural (Vygotsky, Leontiev e Luria). Este artigo abordará as contribuições da Psicologia Social da Libertação.

Com esse artigo, portanto, temos o propósito de desenvolver reflexão teórica sobre influências da Psicologia Social da Libertação para a construção da Psicologia Comunitária na atualidade. Com este intuito, buscamos discorrer, primeiramente, sobre como entendemos a Psicologia Comunitária como área da Psicologia Social da Libertação, e como estas se originam e se desenvolvem no contexto histórico de mudanças de paradigmas epistemológicos no campo da Psicologia Social na América Latina. Posteriormente, seguimos na busca de ampliar compreensão sobre a noção de “práxis de libertação”, como perspectiva ética e política orientadora dos trabalhos em Psicologia Comunitária. Finalmente, discorreremos sobre influências de discussões epistemológicas contemporâneas, no campo das Ciências Sociais, que trazem elementos importantes para fortalecer a construção de tal “práxis” em contextos comunitários nas sociedades globalizadas.

A PSICOLOGIA COMUNITÁRIA COMO PSICOLOGIA SOCIAL DA LIBERTAÇÃO

A Psicologia Comunitária que nasce na América Latina tem origens diferenciadas da que nasce nos EUA e na Europa. Nestes continentes, reservadas as peculiaridades regionais, ela é originária, fundamentalmente, dos movimentos comunitários e profissionais de Saúde Mental Comunitária, em meados da década de 1960, insatisfeitos com o modelo biomédico de compreensão e atuação no campo da saúde mental.

Já na América Latina, a Psicologia Comunitária é resultante de um movimento de crise e transformação da Psicologia Social que até então se desenvolvia em meados da década de 1970 e 1980, profundamente influenciados pelos movimentos populares e pelos problemas sociais vividos no continente (Montero, 2002; Góis, 2005).

A crise da Psicologia Social na América Latina se desenvolve a partir do questionamento sobre a repercussão e o impacto dos trabalhos e da produção científica da Psicologia no nosso contexto. Focados neste questionamento e levando essa permanente inquietação de refletir sobre um novo “fazer científico”, veio se construindo, principalmente nas últimas três décadas, um novo paradigma em Psicologia Social, compartilhado por várias escolas situadas na América Latina.

Para compreendermos bem o que esta sendo chamado de paradigma, podemos nos basear em Montero (1994, p.30):

Entenderemos entonces como paradigma [...] un modelo constituido por un conjunto sistemático de ideas que presenta relaciones e interpretaciones acerca de la actividad humana, de sus productores, de su génesis, de sus efectos sobre los seres humanos y sobre la sociedad, señalando modos preferentes de hacer para conocerlos.

O paradigma aqui, portanto, se refere a concepções filosóficas e epistemológicas sobre a atividade humana, que formam um todo consentido no meio científico, e fundamentam a construção da práxis científica e profissional. O paradigma emergente da crise da Psicologia Social na América Latina caracteriza-se: pela ênfase no caráter histórico da Psicologia; por ter a realidade social como orientadora fundamental dos estudos psicológicos; combate ao objetivismo; reconhecimento do caráter ativo dos seres humanos como produtores da história; necessidade de incluir no estudo psicológico o ponto de vista dos oprimidos, compreendidos como sujeitos epistêmicos; consideração de que o conflito é parte da ação humana; reconhecimento da importância da ideologia como fenômeno psicológico; incorporação de uma concepção dinâmica e dialética dos seres humanos; fomento à autonomia e emancipação social; inclusão de estudos sobre a relação entre indivíduos e vida cotidiana, a construção diária dos sentidos dados ao mundo e à vida; compreensão do caráter enganoso da percepção (que é mediada e mantida pela linguagem); e rechaço à noção linear de progresso científico (Montero, 1994).

Compreendemos a Psicologia Comunitária sintonizada com esse paradigma e oriunda desse movimento de crise da Psicologia Social na América Latina. Como

entendemos, esta se assenta na perspectiva de uma Psicologia materialista histórico-dialética que propõe a superação da dicotomia, existente nas abordagens psicológicas, entre as influências da maturação biológica e do meio ambiente nos fenômenos psicológicos, a partir da perspectiva interacionista-dialética, que integra elementos de maturação e da influência do meio ambiente na compreensão genética dos fenômenos psicológicos.

Voltando a problematizar a experiência histórica da Psicologia Comunitária (Góis, 2003, 2005; Montero, 2004, 2002) podemos afirmar que, como fruto dos movimentos de mudança de paradigma científico-profissional e pela forte demanda de mudança social advinda da realidade concreta da população, começa a se desenvolver uma Psicologia Comunitária como práxis de libertação. Por conseguinte, no Ceará, esta passa a ser concebida, após seu desenvolvimento e história de mais de 25 anos, uma área da Psicologia Social da Libertação (Góis, 2005).

A Psicologia Social da Libertação, por sua vez, é oriunda do mesmo movimento de crise supracitado e se caracteriza como uma Psicologia Social Crítica (Ibañez, 2005), influenciada também pelo materialismo histórico e interacionismo dialético. Tal Psicologia tem Ignacio Martín-Baró como autor de destaque em sua criação e desenvolvimento. Comprometido ética e politicamente com as maiorias populares da América Latina, Martín-Baró foi teólogo, jesuíta e psicólogo social autor de várias obras nesta área.

A Psicologia Social da Libertação posiciona-se na busca por dar resposta aos graves problemas de injustiça estrutural e desigualdades sociais, situando seu quefazer a partir das circunstâncias concretas dos latino-americanos (Martín-Baró, 1996). Buscando, com isso, a construção de uma Psicologia capaz de ajudar o povo a compreender sua realidade e libertar-se dos condicionamentos que sua estrutura social os impõe (Ibañez, 2005).

Para Ignacio Martín-Baró (1998), as orientações para o trabalho de uma Psicologia Social da Libertação são: o re-planejamento de sua bagagem teórica e o fortalecimento das instâncias populares. Suas tarefas urgentes são: a recuperação da memória histórica dos povos; a potencialização das virtudes populares; o estudo sistemático das formas de consciência popular; a desideologização da experiência cotidiana; e a análise das organizações populares como instrumento de libertação histórica.

Falar da importância da Psicologia da Libertação para a formação e desenvolvimento da Psicologia Comunitária, a nosso ver, é tocar na necessidade de desenvolver uma práxis transformadora da sociedade capaz de lutar contra as relações de opressão, de

servilismo e de violência estruturadas no modo de produção capitalista. É buscar desenvolver trabalhos capazes de contribuir na construção de sujeitos críticos, que promovam a transformação das condições de miséria econômica e opressão política imperantes na América Latina, caminhando para a construção de uma agenda política revolucionante das dimensões micro e macrosocial.

A construção desse novo *quefazer* da Psicologia Social pauta-se no que Martín-Baró (1998, 1985) chamou de “realismo crítico”. Este realismo consiste em uma postura ao mesmo tempo metodológica, epistemológica e política originada de uma forte crítica ao que o mesmo chamou de “idealismo metodológico”. Aqui se evidencia um rechaço da falsa neutralidade da ciência psicológica, destacando que valores sempre estarão por trás do desenvolvimento das disciplinas científicas (Martín-Baró, 1998). A Psicologia Social dominante é questionada e denuncia-se sua vinculação ideológica com os centros de poder, que vêm a determinar os temas a serem investigados em função de seus interesses. Tais temas, geralmente, não estão em sintonia com os interesses da maioria da sociedade e sim, das classes mais favorecidas (Ibañez, 2005).

O idealismo metodológico aparece como a tendência da Ciência Social tornar-se serva de valores que ela mesma não tenha elegido. Uma das características é a atitude que leva o cientista a dar prioridade à teoria ao invés de problemáticas oriundas da realidade social ao definir os problemas a serem estudados. Agindo assim “el científico social pierde toda visión crítica respecto a la teoría elegida: el problema real al que se acercó queda reducido a los términos en los que la misma teoría lo explica” (Ibañez, 2005, p.452). Dessa forma, pode-se cair no erro de delimitar a realidade pelo já conhecido e confundir o presente com o possível. Ideologicamente, este modelo metodológico parte de uma concepção fatalista e a-histórica da atividade humana, que fundamenta como unicamente possível a submissão e adaptação ao sistema social e político hegemônico. Um reflexo do idealismo metodológico, que até os tempos atuais impera nas ciências psicológicas é o “reducionismo psicológico” ou “psicologismo” na análise dos problemas sociais. Para Martín-Baró (1985), esse equívoco teórico-metodológico revela muito do que fora a Psicologia Social hegemônica agindo a serviço de uma ideologia dominante nos países ocidentais, onde os problemas sociais são referidos em termos de variáveis psicológicas centradas na pessoa; há a transformação do objeto de estudo, a abstração dos processos históricos e a centralização nas causas pessoais (Martín-Baró, 1985; Ibañez, 2005). Ainda segundo Martín-Baró (1985):

Los problemas sociales se convierten así en problemas de personas, y los problemas políticos en problemas de caracteres o personalidades. Se incurre en el personalismo a todos los niveles, tanto para el éxito como, sobre todo, para el fracaso [...] De este modo las soluciones sociales y políticas recomendadas por este tipo de análisis tienden siempre a asumir como intocable el sistema social establecido y a estimular a los individuos a plegarse a sus exigencias (Martín-Baró, 1985, p.24).

Em contrapartida, se o cientista adota e assume um compromisso social claro com alguns valores no processo de eleição e desenvolvimento de determinada perspectiva teórica, tornam-se mais explícitas as limitações e potencialidades de seu enfoque. É dentro dessa perspectiva de construção de conhecimento que se desenvolve o “realismo crítico”:

El problema, en mi opinión, es más de orden epistemológico que conceptual, más metodológico que teórico. Lo que faltan no son tanto los conceptos en sí de la Psicología cuanto el momento dialéctico de su vinculación; lo que termina por distorsionar la visión de la realidad no es tanto la teoría que se aplica cuanto el objeto al que se pretende aplicarla [...] A los psicólogos latinoamericanos nos hace falta un buen baño de realidad, pero de esa misma realidad que agobia y angustia a las mayorías populares. (Martín-Baró, 1998, p.314).

Ao contrapor o “realismo crítico” ao “idealismo metodológico”, opera-se a inversão marxista do processo de construção do conhecimento, onde não são os conceitos que convocam a realidade, ao contrário, esta é que busca os conceitos. Seguindo este raciocínio, as teorias não definiriam a realidade social, mas essa realidade é que exigiria teorização e produção de conhecimentos (Martín-Baró, 1998).

É dentro dessa perspectiva epistemológica e metodológica que uma Psicologia Comunitária como práxis de libertação se constrói. O caminho é a busca de combater práticas alienadas e descontextualizadas, construídas a partir de aportes teórico-metodológicos importados acriticamente de realidades diferentes e baseadas em sujeitos que se tornam a-históricos e abstratos se tomados de forma idealista. O horizonte do *quefazer* comunitário deve apontar para a construção de um modelo de interpretação e atuação sintonizado com o movimento de construção histórico-cultural dos atores sociais com os quais se pretende trabalhar.

A Psicologia Comunitária que, na América Latina, nasce e se desenvolve é partícipe, portanto, na construção dessa perspectiva metodológica e epistemológica das Ciências Sociais, que questiona as

concepções de homem e de mundo vigentes e preocupa-se com a construção de métodos que impulsionem um fazer científico de relevância social genuína para as maiorias populares.

Neste contexto, a Psicologia Comunitária constitui-se como uma área da Psicologia Social da Libertação, fruto do referido movimento de crise da Psicologia Social na América Latina. Configura-se, assim, como área de conhecimento que estuda os significados, sentidos, sentimentos individuais e coletivos do modo de vida da comunidade (Góis, 2005), orientada para a mudança social e para a construção de sujeitos comunitários, problematizadores e transformadores da realidade vivida, utilizando-se de métodos participativos de inserção-atuação comunitária e construção do conhecimento (Góis, 2003, 2005, 2008; Montero, 2004, 2006). O termo comunitário aqui “incluye el rol activo de la comunidad, su participación. Y no sólo como invitada, o como espectadora aceptada o receptora de beneficios, sino como agente activo con voz, voto y veto” (Montero, 2004, p.67). Uma Psicologia que concebe a comunidade “como ente dinámico compuesto por agentes activos, actores sociales relacionados constructores de la realidad en que viven” (Montero, 2004, p.73). Ela “se ocupa de fenómenos psicosociales producidos en relación con procesos de carácter comunitario, tomando en cuenta el contexto cultural y social en el cual surgen [...] Tiene una orientación hacia el cambio social dirigido al desarrollo comunitario a partir de una doble motivación: comunitaria y científica” (Montero, 2004, p.73).

Entendemos que essa dupla motivação comunitária e científica da Psicologia Comunitária se potencializa quando situada dentro da perspectiva de uma “práxis de libertação”, orientando os trabalhos a partir de compromisso ético-político de responsabilização dentro do contexto histórico e realidade humana onde se insere. A Psicologia Comunitária, portanto, deve privilegiar modos de fazer ciência que tenham a práxis transformadora como centro. Esta, por sua vez, deve constituir-se a partir de um horizonte de libertação.

A PRÁXIS DE LIBERTAÇÃO COMO COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

Para discutirmos o conceito de “práxis de libertação”, tomemos como ponto de partida, as palavras de Cezar Góis (2008) sobre elementos fundamentais orientadores do fazer em Psicologia Comunitária:

A Psicologia Comunitária é uma disciplina que se orienta por uma práxis libertadora, a partir das próprias condições (atuais e potenciais) de desenvolvimento da comunidade e de seus

moradores. O fundamental é a compreensão do modo de vida da comunidade e a realização de seus potenciais de desenvolvimento pessoal e social (Góis, 2008, p.78).

Evidencia-se, com os expostos, a importância das noções de “desenvolvimento comunitário” e de “construção de sujeitos comunitários” na construção de uma “práxis de libertação” baseada no contexto de moradia do indivíduo.

A existência de um processo histórico de opressão das maiorias populares, fundado na invasão e exploração europeia, bem como no desenvolvimento de projetos político-econômicos capitalistas de base exploratória, que visam lucros para minorias internacionais e nacionais, perpetuando de múltiplas formas injustiças sociais nas sociedades latino-americanas (Dussel, 1986; Freire, 1980; Martín-Baró, 1998; Nepomuceno, 2003; Ribeiro, 2000). Neste contexto de iniquidades e desigualdades sociais, a permanente tensão entre os grupos sociais deu origem a várias lutas populares, construídas a partir de formas diversas de organização popular e de movimentos sociais, voltadas para a transformação da realidade social de opressão. Estas lutas vêm direcionando-se a mudanças sociais concretas em prol da melhoria das condições materiais de vida das classes oprimidas nos e dos modos de organização socioeconômica vigentes. O desenvolvimento histórico-cultural dessas práticas de movimentos sociais genuinamente populares vem a constituir o caminho de construção da “práxis de libertação”.

O termo práxis é entendido aqui, a partir das idéias de Paulo Freire (1980), como processo humano constituído como unidade indissolúvel entre ação e reflexão sobre o mundo, realizada com a autêntica união dialógica entre os homens mediados pela realidade vivida. Na práxis, elementos objetivos e subjetivos encontram-se imbricados e refletem a dialética relação homem-homem e homem-mundo.

Voltando-nos ao desenvolvimento histórico dos movimentos sociais na América Latina, destacamos o surgimento de uma “ética da libertação” como uma tentativa de esclarecer e fortalecer essa “práxis”, que se opõe à idéia de um sistema socioeconômico como “totalidade” imutável (Dussel, 1986). Enrique Dussel afirma que há, nesta ética, a percepção de que “é preciso haver consciência de que existe uma totalidade na qual estou dentro e fora por onde posso transitar” (Dussel, 1986, p. 260). Esta consciência aponta para a desnaturalização desta totalidade hegemônica, ou seja, a apreensão da possibilidade de sair de dentro dela, da possibilidade de transformá-la em direção a um lugar extra-sistêmico.

Entendemos esta totalidade hegemônica com sendo o sistema socioeconômico-cultural de injustiças,

intolerâncias e opressão no qual estamos imersos nos dias atuais e que se constitui como processo histórico multifacetado de forte determinação em vários dos problemas psicológicos vivenciados pela população. A expressão múltipla e complexa dessa totalidade deve orientar a construção do *quefazer* da Psicologia Comunitária como práxis compromissada eticamente com facilitação de transformações sociais significativas para as maiorias populares.

Uma ética de libertação reflete-se na luta contra relações autoritárias de dominação do “outro”, de exclusão do “outro” em prol dos interesses de “um” que domina a relação. E exclusão, aqui, significa a negação do direito e autonomia do outro de reproduzir, fazer e construir a vida, onde a vida passa a ser definida e construída “para” esse “outro”, de acordo com a vontade de “um”. Esta ética baseia-se numa “ontologia da relação”, posto que somos seres em relação e é através dela que construímos a libertação (Montero, 2005).

No desenvolvimento da perspectiva política e epistemológica da Psicologia Comunitária, o termo “libertação” ganha destaque. Este se constitui como processo histórico e coletivo, que nasce da autonomização dos sujeitos, do resgate e potencialização das virtudes populares, bem como do processo de conscientização individual e grupal advindo da organização e fortalecimento dos grupos (Martín-Baró, 1998). É um processo destacadamente coletivo, constituído por relações solidárias, através da participação social ativa na busca por levar a vida com mais autonomia. Nesse processo, há a transformação dialética das condições sociais de exploração, miséria econômica e opressão política nas quais estão inseridas as maiorias populares, bem como a afirmação do valor humano e potencial dos povos oprimidos e manipulados pelos sistemas socioeconômico-culturais. A libertação, portanto, visa a construção de um novo mundo possível e necessário, uma sociedade onde a participação social ativa construa novos sujeitos, novas relações do homem com o homem e do homem com a Natureza. No horizonte da libertação, está a justiça social, a solidariedade e o compromisso com a vida. Uma práxis de libertação:

implica a existência de um indivíduo negado e de um povo também negado, coisificado, no cativo. Um indivíduo e um povo que na condição de dominados descobrem o sentido de ‘ser mais’, de ser livre, de ser ético. Partem indivíduo e povo da condição de oprimido e explorado para a libertação, um processo que se realiza com outros para si e para os outros indivíduos e povos. Portanto, não há libertação se esta produz novos cativos. O ser livre significa sermos todos livres, sermos povos livres. Significa também construir uma sociedade de homens e de mulheres livres, de cidadãos.

Libertação e cidadania constituem, portanto, a negação da negação do indivíduo ou povo de serem mais (Góis, 2008, p.42).

A negação da negação constitui-se na afirmação da exterioridade do oprimido, sua potência humana, seu saber e poder criativo na construção de si mesmo e da coletividade em que se insere.

A práxis de libertação é o próprio ato pelo qual se transpõe o horizonte do sistema e se entra realmente na exterioridade, pela qual se constrói a nova ordem, uma nova formação social mais justa. A mera práxis dentro do sistema é de dominação, porque consolida a totalidade vigente; é uma atividade ôntica ou mera mediação interna do mundo, fundada em seu projeto [...] A práxis de libertação, pelo contrário, é questionamento real do sistema [...] é a procriação mesma da nova ordem, de sua estrutura inédita, ao mesmo tempo que das funções e entes que o compõem. É tarefa realizadora por excelência, criadora, inventora, inovadora (Dussel, 1977, p. 69-70).

O sistema “mais além”, transcendental (transôntico), não é utopia irrealizável, fruto de idealismo. É, ao contrário, uma utopia possível, desenvolvida através da ação dos homens dentro da história, como sujeitos potentes, atores sociais ativos em processos de autogestão. A libertação revela-se numa multiplicidade de projetos coletivos de mudança e construção de novos modos de sociabilidade, todos pautados na busca pela construção da justiça social, da equidade e da conquista da autonomia de povos oprimidos.

Voltando-nos para o *quefazer* em Psicologia Comunitária, destacamos o processo de “desenvolvimento comunitário” como necessariamente revelador da práxis de libertação, orientando-se pela valorização do potencial comunitário, do poder local e do saber popular para a construção de um novo mundo possível e necessário.

A comunidade aqui é compreendida em elementos múltiplos e complexos como: economia, relações sociais, instituições, tempo livre, cultura, modo de vida, história, símbolos e ideologias, subjetividade social e pessoal. O sentido e controle das ações de desenvolvimento devem ser dados pela comunidade, com sua participação ativa (Góis, 2005). Estas ações devem fomentar o desenvolvimento do sujeito da realidade comunitária, o aprofundamento da consciência e a realização de potenciais humanos e sociais (Góis, 2003). A dimensão comunitária é, portanto, *locus* estratégico para a construção de mudanças no sistema social vigente. Para tal ação estratégica, os nexos entre diversos níveis do sistema, desde o micro ao

macrossocial, devem ser considerados no *quefazer* comunitário.

O caminho para a construção do desenvolvimento comunitário liga-se necessariamente ao desenvolvimento pessoal dos moradores da comunidade. O aspecto prioritário é a construção dos sujeitos comunitários. Entendemos que tal processo deve constituir-se como práxis de libertação, onde se busca a superação da totalidade hegemônica opressora (Dussel, 1977, 1986) e a transformação e fortalecimento dos próprios sujeitos comunitários partícipes da ação. A ação transformadora da realidade comunitária deve gerar aprofundamento da consciência dos moradores com relação ao seu modo de vida comunitário (Góis, 2003, 2005, 2008). Deste modo, o que se visa é a construção do morador como sujeito da comunidade, que reconhece seu valor pessoal e fortalece seu poder pessoal de sujeito de sua história e da história da comunidade (Góis, 2003).

Entendemos, portanto, que o desenvolvimento comunitário e dos sujeitos da comunidade são formas de construir o que está “mais além” do sistema vigente, o possível histórico, que se experimenta através da atividade humana transformadora, como atividade comunitária (Góis, 2005). Atividade esta que representa:

a atividade prática e coletiva realizada por meio da cooperação e do diálogo em uma comunidade, sendo orientada por ela mesma e pelo significado (sentido coletivo) e sentido (significado pessoal) que a própria atividade e a vida comunitária têm para os moradores da comunidade (Góis, 2005, p.89).

É, portanto, o processo de desenvolvimento da comunidade e do sujeito que dela faz parte que facilita a apreensão cada vez mais profunda dos caminhos mais potentes para a construção de uma nova sociedade, um novo sistema socioeconômico-cultural.

Se tomarmos o exemplo do Ceará, trata-se de uma construção comprometida com a transformação da realidade do cearense, do nordestino brasileiro e do latino-americano como questões de repercussão internacional e de valor humano universal. Desta forma, destacamos a importância da articulação dos níveis micro e macrossocial, das dimensões psicológicas com a história e a cultura, das dimensões comunitárias com os contextos sociais mais amplos. Assim, uma práxis de libertação deve estar voltada para a luta contra as relações de dominação e de opressão da vida nos sistemas socioeconômicos vigentes e seus mecanismos de complexa articulação, seus nexos, suas brechas e fissuras.

Para caminhar nessa direção, acreditamos que a Psicologia Comunitária e as ciências afins devem

pautar-se em métodos científicos, que visam o engajamento social do psicólogo e a participação ativa da população na construção do conhecimento. A construção de estratégias metodológicas para o avanço dessa práxis de libertação deve dialogar com os modos emergentes de se fazer ciência social na atualidade. Nesse propósito, adiante tecemos apontamentos e considerações acerca de contribuições de discussões epistemológicas atuais, no campo científico, para a compreensão e construção do *quefazer* comunitário e científico da Psicologia Comunitária como práxis de libertação.

A CONSTRUÇÃO DA PRÁXIS DE LIBERTAÇÃO EM CONTEXTOS GLOBALIZADOS: NOVOS DILEMAS EPISTEMOLÓGICOS

Como dito anteriormente, a crise da Psicologia Social, responsável pela reformulação da Psicologia no e para o contexto latino-americano, surgiu dentro de um movimento de questionamento sobre a repercussão e o impacto desta ciência e profissão na realidade da população. As inquietações diante da necessidade de refletir sobre um novo “fazer científico” possuíam, também, bases em um movimento maior de questionamento do pensamento social clássico, que ideologicamente analisava os fenômenos sociais dentro de uma perspectiva restrita, rígida, fragmentadora de processos, objetivista e causalística.

Nas últimas décadas, essa “visão clássica” das ciências sociais passou a ser muito questionada e sofre revisão crítica, principalmente, devido à complexificação mundial das relações, à mudança na estrutura política mundial, ao incremento da população e da produção mundial, à expansão da comunidade de cientistas sociais (Wallerstein, 1996 in Prieto, 2003) e ao avanço dos movimentos sociais de libertação que tratamos alhures.

Frente a este contexto, viu-se, por exemplo, que a postura das Ciências Sociais em dividir o conhecimento em especialidades e ramificações disciplinares mostrava-se contraditória, pois o que se exigia era uma noção de mundo cada vez mais ampliada, promovida por trabalhos interdisciplinares, que possibilitassem garantir um melhor entendimento e resolução dos grandes problemas sociais vivenciados nos sistemas sociais vigentes.

Os questionamentos já colocados por Martín-Baró (1985, 1996, 1998) evidenciam a relevância dos desafios que a ciência psicológica enfrenta para a construção de conhecimentos socialmente significativos. Gomez (2007), por sua vez, alerta para a necessidade de a Psicologia Comunitária fortalecer-

se no estudo de novos problemas teóricos capazes de abranger, com mais efetividade, os cenários atuais das sociedades globalizadas. Para o autor, necessitamos avançar no cultivo de uma nova racionalidade inspirada no pensamento complexo, sistêmico, dialógico e dialético.

Prieto (2003) aponta pistas para uma “reconstrução epistemológica” das Ciências Sociais, que são especialmente importantes para pensarmos o desenvolvimento da Psicologia Comunitária como práxis de libertação. Dentre os aspectos relevantes abordados pela autora, destacamos a necessidade de: 1) recuperar a noção de totalidade; 2) compreensão da complexidade; e 3) reconceitualização do tempo e reivindicação da racionalidade utópica.

Para recuperar a noção de totalidade, temos que desmontar as divisões disciplinares, especializadas e atomizadas em busca de alcançar uma compreensão mais abrangente do “social”, onde a transdisciplinaridade aparece como epistemológica e socialmente necessária. Prieto (2003) defende um questionamento permanente das análises pautadas na causalidade linear e propõe a inclusão de elementos aleatórios, caóticos, incertos e não-predizíveis na construção das análises que se aproximem da totalidade dos sistemas sociais. A consideração da integralidade que interliga micro e macro processos sociais torna-se passo fundamental nesse resgate da totalidade. Aqui podemos identificar contribuições da Psicologia Comunitária no estudo dos processos psicológicos forjados no âmbito socio-comunitário. Aos psicólogos comunitários, no entanto, compete o cuidado permanente de integrar o “local” e o “global” no desenvolvimento da práxis de libertação, buscando a compreensão da totalidade dos processos e vê-la como historicamente construída na cotidianidade comunitária.

Seguindo a lógica do resgate da totalidade, a mesma autora propõe a passagem de um pensamento simples a um pensamento complexo. Na visão da autora, “parece óbvio que a sociedade atual e vindoura exige um alto grau de complexificação, dinamismo e multiplicidade de nexos e interações entre suas partes” (Prieto, 2003, p.162). Cabe ao cientista social o desenvolvimento de métodos capazes de ampliar a compreensão e atuação nessa complexidade. Aqui a ênfase é dada à forte associação entre elementos constitutivos da totalidade complexa. Na práxis de libertação, é relevante a formação e atuação em coletivos capazes de atuar, em diversas frentes associadas, num movimento instituinte de novos nexos formadores de uma sociabilidade contra-hegemônica.

A reconceitualização do tempo e a reivindicação de uma racionalidade utópica (Prieto, 2003) são imperativos importantes para o avanço da caminhada de libertação.

Aqui se torna importante a crítica à visão mecanicista e universalista do tempo histórico como linearidade previsível de forma simplista. Concordamos com Prieto (2003, p.169-170), que “não é possível compreender com profundidade o presente sem interpretá-lo a partir do histórico e de uma opção de futuro”. Dessa forma, faz-se necessário enfatizar o caráter ético-político do quefazer social comunitário, da inevitabilidade de um compromisso e de uma postura ideológica que guie a construção de perspectivas societárias.

Neste momento, o compromisso da Psicologia Comunitária com a construção de uma América Latina original, autônoma, bela, diversa e democrática adquire relevância e notoriedade. Colocarmos o compromisso com a questão latino-americana, de forma alguma pode ser motivo de fragmentação e separatismos xenofóbicos, mas sim, motivo para olharmos para esta como questão internacional e universal, com suas peculiaridades e generalidades próprias aos dilemas humanos, aos dilemas da vida.

Entendemos que a Psicologia Comunitária vem dando passos importantes, como o fortalecimento do saber e poder local/comunitário na construção social e a facilitação da co-construção de sujeitos comunitários como atores sociais ativos. O horizonte utópico é a libertação das maiorias populares, a construção de conhecimentos socialmente significativos para o povo oprimido, a potencialização de movimentos sociais genuinamente populares, o fortalecimento de comunidades como instâncias políticas influentes. Acreditamos que nos aproximamos desse horizonte, ao *caminharmos com* o povo, respeitando e fortalecendo sua autonomia em relações dialógicas e críticas que buscam a construção multicultural da contra-hegemonia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Á guisa de conclusões momentâneas, entendemos que a Psicologia Social da Libertação vem trazer fortes influências para o desenvolvimento da Psicologia Comunitária, principalmente, no tocante ao fortalecimento de uma perspectiva de construção científica interessada nos processos subjetivos envolvidos na formação crítica do ser humano e de sua capacidade de agir criativamente na realidade histórico-cultural, construindo um mundo mais justo e belo. Estas influências tomam forma principalmente através do componente ético-político envolvido em ambas as teorias e na própria história, em práxis, da Psicologia Comunitária na América Latina.

No entanto, em pleno século XXI, percebemos através da realidade do continente, mais especificamente no que se refere ao Brasil, certa lentidão na produção

científica em Psicologia a partir deste paradigma. Do mesmo modo, ainda há pouca apropriação de teorias críticas e adequadas ao contexto social latino-americano por parte dos profissionais e pesquisadores psicólogos.

Desta forma, encerramos este texto propondo um maior aprofundamento das investigações referentes à interpretação e construção da Psicologia Comunitária como práxis de libertação, sua ética e compromisso político. Apontamos também para a necessidade de aprofundar estudos sobre outras bases teórico-metodológicas da Psicologia Comunitária, para avançarmos na permanente construção transdisciplinar dos trabalhos comunitários, assim como na permanente construção cotidiana da sociedade que queremos.

REFERÊNCIAS

- Dussel, E.D. (1977). *Filosofia da libertação*, (2ª ed.). São Paulo: Edições Loyola.
- Dussel, E.D. (1986). *Ética comunitária: liberta o pobre*, (1ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Freire, P. (1980). *Conscientização: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*, (3ª ed.). São Paulo: Editora Moraes.
- Góis, C.W.L. (2003). *Psicologia comunitária no Ceará: uma caminhada*, (1ª ed.). Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.
- Góis, C.W.L.(2005). *Psicologia comunitária: atividade e consciência*, (1ª ed.). Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.
- Góis, C.W.L.(2008). *Saúde comunitária: pensar e fazer*. São Paulo: Hucitec.
- Gómez, Á.D. (2007). Técnicas de intervención y procesos de investigación en Psicología Comunitaria. In Osnaya, M.C., & Perez, J.C.R. *Psicología social: perspectivas y aportaciones hacia un mundo posible*. (pp. 22-30). México-DF: Amapsi Editorial.
- Ibañez, L. C. (2005). La psicología social de Ignacio Martín-Baró o el imperativo de la crítica. In Portillo, N., Gaborit, M., & Cruz, J. M. (comp.). *Psicología social en la posguerra: teoría y aplicaciones desde El Salvador*, (1ª ed.): (pp. 436-475). San Salvador: UCA Editores.
- Martín-Baró, I. (1985). *Acción y Ideología: psicología social desde Centroamérica*, (2ª ed.). San Salvador: UCA Editores.
- Martín-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*. Natal, 2, 1, 7-27.
- Martín-Baró, I. (1998). *Psicología de la liberación*, (1ª ed.). Madrid: Editorial Trotta.
- Montero, M. (1994). Un paradigma para la psicología social. Reflexiones desde el quehacer en América Latina. In Montero, M. (Coord.). *Construcción y crítica de la psicología social* (pp. 27-48). Barcelona: Editorial Anthropos; Caracas: Universidad Central de Venezuela.
- Montero, M. (2002). Vidas Paralelas: Psicología comunitaria en Latinoamérica y Estados Unidos. In: Montero, M. (Coord.). *Psicología social comunitaria: teoría, método y experiencia*, (1ª ed.): (pp.19-47). Guadalajara: Universidad de Guadalajara.
- Montero, M. (2004). *Introducción a la Psicología Comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*, (1ª ed.). Buenos Aires: Paidós.

- Montero, M. (2005). Para una ética de la liberación: la liberación del otro en la psicología. In Portillo, N., Gaborit, M., & Cruz, J.M. (comp.). *Psicología social en la posguerra: teoría y aplicaciones desde El Salvador*, (1ª ed.): (pp. 410-435). San Salvador: UCA Editores.
- Montero, M. (2006). *Hacer para transformar: el método en la psicología comunitaria*, (1ª ed.). Buenos Aires: Paidós.
- Nepomuceno, L.B. (2003). *Nordestinos e nordestinados: elementos para uma reflexão psicossocial sobre subdesenvolvimento no Brasil*. (49f). Monografia (Graduação em Psicologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza.
- Prieto, M.P.E. (2003). Humanismo, complexidade e totalidade: o giro epistemológico no pensamento social. In Garcia, R.L. (Org). *Método, métodos e contramétodo*. São Paulo: Cortez.
- Ribeiro, D. (2000). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, (2ª ed.). São Paulo: Companhia das Letras.

Recebido 23/5/2008. Aceito 19/9/2008.

Autores:

Léo Barbosa Nepomuceno – Psicólogo. Especialista com Residência Multiprofissional em Saúde da Família. Aluno do Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Docente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia (EFSFVS) em Sobral, CE.

Verônica Moraes Ximenes – Psicóloga. Doutora em Psicologia pela Universidade de Barcelona. Professora Adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenadora do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) da UFC e vice-coordenadora do Mestrado em Psicologia da UFC.

Elívia Camurça Cidade – Graduada em Psicologia pela UFC. Integrante do Núcleo de Psicologia Comunitária (UFC).

Francisco Wesley Oliveira Mendonça – Graduando em Psicologia na UFC. Integrante do Núcleo de Psicologia Comunitária (UFC).

Camila Alves Soares – Graduada em Psicologia na UFC. Integrante do Núcleo de Psicologia Comunitária (UFC).

Endereço para correspondência:

LÉO BARBOSA NEPOMUCENO
Rua Republica da Armênia, 900; Bairro Água Fria
CEP 60821-760, Fortaleza, CE, Brasil
Tels. (85)8717-8893 e (88)8842-3580
E-mail: leobnepomuceno@hotmail.com